

Membros do CG-Prim 5ª Região relatam atividades e desafios

Instalado em todos os tribunais, por meio da Resolução n. 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Comitê Gestor Regional para Implementação e Gestão da Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do 1º Grau de Jurisdição (CG-PRIM) já está atuante na busca pelo melhor aparelhamento dos órgãos judiciais de 1º Grau. Membros titulares do comitê, representantes do TRF5, o juiz federal Marcos Antônio Saraiva e o servidor Eraldo Prado Pedrosa Filho, falam sobre a missão do CG-Prim e seus desafios para 2016. "O CG-Prim concentra as atribuições do comitê orçamentário, porém sua relevância não está apenas em debater a distribuição do orçamento, mas outros assuntos caros a esse estamento, como infraestrutura, prevenção e racionalização de litígios e capacitação de pessoal. O órgão, aliás, é foro legítimo de debate por possuir formação plúrima, com representantes de magistrados e



servidores", explica o juiz. Já Eraldo Pedrosa destaca que a Primeira Instância é aquela que mais se aproxima do dia a dia do cidadão, e que por isso, necessita de melhor aparelhamento. "É investir mais no serviço de judiciário desempenhado na ponta, escutando quem o efetivamente desempenha", comenta, lembrando que a posse do comitê aconteceu no dia 17 de novembro, perante a presidência do TRF5. Em menos de três meses de funcionamento, o Comitê já realizou quatro reuniões que trataram de assuntos relacionados a todas as linhas de atuação previstas pelo CNJ, a

exemplo da distribuição da força de trabalho entre os órgãos do TRF5, parcerias com entes públicos e privados visando à execução da política de atenção ao primeiro grau e formação continuada de magistrados e servidores. "As conclusões farão parte do plano de ação a ser encaminhado ao CNJ", esclarece o magistrado. Segundo Eraldo, os membros do Comitê estão em contato permanente por meio de grupo de Whatsapp, ferramenta que facilita a comunicação. "Nesse primeiro momento nos debruçamos sobre mais de 100 sugestões coletadas junto a magistrados, servidores, advogados e procuradores. Tudo com a finalidade de instar a comunidade jurídica a colaborar a partir das dificuldades que cada um, segundo as peculiaridades de seu ramo profissional". Para o juiz Marcos Saraiva, a democratização está na ordem do dia em todas as discussões sobre o Poder Judiciário. "A instituição do CG-Prim é mais um passo para a participação efetiva dos integrantes da Justiça de 1º Grau no processo político da Corte a que está vinculada. Mesmo com a redução do orçamento, há a certeza de melhorar e uniformizar as condições de trabalho no primeiro grau de jurisdição".

Malote: dicas para preencher os envelopes de correspondências



Para esclarecer dúvidas dos servidores na hora de enviar correspondências, o setor de malote forneceu três dicas para garantir uma maior eficiência ao emitir e receber encomendas. São elas: 1-Identifique remetente e destinatário nos lugares adequados; 2-Informe o nome e o setor de trabalho do remetente; 3-Para destinatários externos à Justiça Federal, especifique o endereço completo. As informações estão disponíveis na íntegra na página da intranet.

Correção: datas de inspeção 9ª Vara

A 9ª Vara informa que o período estabelecido para realização da inspeção será de 25 a 29 de abril de 2016, e não de 13 a 17 de abril, como havia sido informado na edição anterior deste jornal.

Palmares promove 77 acordos em mutirão de conciliação



A 26ª vara da Justiça Federal em Pernambuco (JFPE), localizada em Palmares, divulgou os resultados do mutirão de conciliação realizado nos dias 12 a 14, de 19 a 21, e de 26 a 28 do mês de janeiro. O mutirão atuou em duas frentes: nas ações de natureza previdenciária e nas de desapropriação promovidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). No total, foram 77 acordos firmados, sendo 52 em ações previdenciárias e 25 em ações cíveis, de autoria do DNIT. Para o juiz substituto da 26ª Vara, Isaac Batista, o resultado do mutirão foi positivo. "Tivemos um baixo número de ausências e conseguimos homologar um bom número de acordos. Nos demais casos em que não houve conciliação, os processos já foram julgados de imediato", explica o juiz, que pretende repetir a iniciativa em Abril.

NTI implementa política de economia de energia para os computadores do edifício-sede

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) implementou, nesta quarta-feira (27), a política de economia de energia nas máquinas do edifício-sede. A política inicialmente foi preparada para três ações básicas.

São elas: 1)A máquina entra em Hibernação após duas horas sem uso algum. (Será necessário religar o equipamento, entretanto volta com os programas e arquivos que estavam abertos). 2)Os serviços da máquina são suspensos após 20 minutos sem uso.

(Apenas acionando o mouse ou o teclado e o equipamento volta com os programas e arquivos que estavam abertos). 3)Os monitores são desativados após cinco minutos. (Apenas acionando o mouse ou o teclado e o monitor acenderá

novamente). A implementação da política não interfere nas atividades executadas pelos usuários, tendo em vista o equipamento voltar à última situação em que se encontrava a máquina, com os programas e arquivos que estavam em uso.

